



A **Carta da Criança para a Redução de Riscos de Desastres (RRD)** foi desenvolvida através de consultas envolvendo mais de 600 crianças em 21 Países de África, Ásia e América Latina.

No caso concreto de Moçambique, a questão da Redução do Risco de Desastres é de extrema importância para as crianças, uma vez que elas são particularmente vulneráveis, pois as calamidades põem em causa a sua Protecção, Educação e mesmo a sua Saúde.

A presente versão resumida da Carta apresenta cinco pontos seleccionados com base nas prioridades identificadas pelas próprias crianças, agrupadas de acordo com os temas mais comuns.

Em Moçambique foram auscultadas algumas crianças das províncias da Zambézia, Inhambane e da Cidade de Maputo.

A carta tem por objectivo aumentar o nível de sensibilização sobre a necessidade de uma abordagem centrada na criança para a RRDe de um compromisso ou engajamento mais forte por parte do Governo, parceiros programáticos e das organizações da sociedade civil para a adopção de passos apropriados visando a protecção da criança e a utilização da sua energia e conhecimento para o envolvimento na RRD e adaptação às mudanças climáticas

---

## **1. GARANTIR A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE ASSUNTOS SOBRE A RRD NO ENSINO.**

A Educação é um direito fundamental. É necessário assegurar uma educação de qualidade para as crianças moçambicanas, mesmo em situações de emergência. As mudanças climáticas podem ter efeitos desastrosos nas infra-estruturas escolares, contribuindo para a redução do acesso ao ensino e aumento das taxas de desistências.

A educação é o meio que permite às crianças e suas famílias a construção de um ambiente protector em face dos riscos de calamidades naturais. As escolas devem ser locais seguros, onde as crianças são encorajadas a serem as futuras promotoras da cultura de prevenção real e duradoira, de acção e atitudes positivas. As escolas devem promover o conhecimento sobre a Redução de Riscos de Desastres através de clubes escolares e da inclusão destes aspectos no curriculum local.

## **2. ASSEGURAR A PROTECÇÃO DA CRIANÇA ANTES, DURANTE E DEPOIS DAS EMERGÊNCIAS**

É necessário garantir que todas as crianças estejam livres da violência, abuso e quaisquer tipo de exploração antes, durante e após a ocorrência de emergências. O fortalecimento dos sistemas de protecção deve constituir prioridade nas acções de redução de risco de desastres. A identificação e mapeamento atempado dos problemas presentes e dos grupos vulneráveis, incluindo as crianças, é importante para a eficácia das iniciativas de protecção à criança e do reforço da resiliência das crianças e das comunidades às emergências, que tendem a exacerbar os desafios de protecção no seio das comunidades. As áreas de enfoque particular incluem o fortalecimento da capacidade das comunidades e seu envolvimento na prevenção e gestão de casos de abuso e exploração sexual, gestão dos processos de reunificação familiar e referência, provisão de apoio psicossocial aos

agregados familiares vulneráveis afectados pelas emergências e provisão de kits de emergência, sempre que necessário. Na consulta efectuada as crianças, elas expuseram uma série de problemas de protecção e como diz uma criança entrevistada em Govuro, província de Inhambane: “*nos centros de reassentamento algumas crianças são abusadas sexualmente por idosos em troca de um pacote de bolacha*”. As probabilidades de ocorrência destes actos podem ser mitigadas caso acções prévias de fortalecimentos dos mecanismos de protecção sejam devidamente implementadas como uma componente essencial de redução de risco de desastres.

### **3.) AS CRIANÇAS TÊM DIREITO À PARTICIPAÇÃO NAS ACÇÕES DE RRD E NO ACESSO À INFORMAÇÃO RELEVANTE**

As crianças estão prontas para participar em assuntos sobre a redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas. Para que não sintam que “*os adultos não nos escutam*” (segundo uma criança de Govuro), elas devem ter oportunidade, como cidadãos, para contribuir e se envolverem activamente nas actividades ligadas à redução do risco de desastres nas suas comunidades, incluindo a sua integração nos comités locais de gestão de risco e consequente participação nos processos de avaliação do risco de calamidades.

Elas devem ser assistidas na disseminação de mensagens que tenham em conta a protecção das suas comunidades e delas próprias. As crianças precisam de um forte apoio para a sua participação efectiva em acções de sensibilização. Os alunos semanalmente vão a rádio para falar de calamidades; os professores nas aulas também falam de mudanças climáticas e calamidades. Isso ajuda a construir a resiliência – disse uma criança de Govuro. Formatos e canais de comunicação compatíveis são fortemente recomendados: teatro, bandas desenhadas, livros de humor, desenhos animados (TV e rádio).

### **4. A REPARAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DEVEM AJUDAR A REDUZIR FUTUROS RISCOS E AS INFRAESTRUTURAS COMUNITÁRIAS DEVEM SER SEGURAS**

As comunidades devem ser assistidas na construção de hospitais, centros de saúde, salas de aulas, sistemas de abastecimento de água e de saneamento do meio que sejam seguras, resistentes a desastres e sustentáveis. Essas infra-estruturas devem ser erguidas de forma a garantir que as crianças e mulheres tenham acesso a água limpa, instalações para higiene e capacidade de tomar medidas apropriadas no combate à doenças e malnutrição em tempos de crise. As salas de aulas devem ser construídas de forma que sejam resilientes para garantir a segurança dos alunos e das crianças portadoras de deficiência. Os actuais códigos ou padrões de construção civil devem ser fortalecidos para assegurar um sistema efectivo de manutenção, incluindo na construção de estradas e pontes, integrando as intervenções de recuperação e de reconstrução em caso de emergências e de operações humanitárias.

“*Eu vi a casa do meu professor a cair, por causa de um ciclone. Fiquei muito triste*”, disse uma outra criança de Govuro.

### **5. A AVALIAÇÃO DE RISCOS CENTRADA NA CRIANÇA DEVE SER UM ELEMENTO TRANSVERSAL NOS PLANOS ECONÓMICOS E SOCIAIS**

Moçambique está exposto a múltiplos perigos, cada um afectando negativamente o processo de desenvolvimento e criando resultados nefastos para as crianças. As experiências de multi-perigos de emergências devem ser traduzidas em oportunidades para melhorar a capacidade de desenvolvimento nacional, abordando questões como: uso da terra, práticas de construção, degradação ambiental, doenças transmissíveis, níveis de pobreza e deslocamento da população. Durante as calamidades, questões de vulnerabilidade devem ser tomadas em consideração, dado que as crianças são as mais susceptíveis aos efeitos negativos, em comparação com os adultos. Para mitigar tais cenários, a avaliação de risco centrada na criança deve ser implementada, de acordo com as necessidades específicas a nível provincial. Às crianças deve ser garantida a cobertura sanitária, qualidade de educação, acesso a água e de infra-estruturas de saneamento do meio e serviços de protecção social através de sinergias locais.